



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I. DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresa especializada para fornecimento de monitores de vídeo.
2. Aplicam-se ao fornecimento de equipamentos as condições indicadas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços, sendo estas complementadas, de forma subsidiária, pelas demais normas aplicadas ao objeto da contratação.
3. A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência será realizada por licitação, na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, mediante sistema de registro de preços.

CAPÍTULO II. DO REGISTRO DE PREÇOS

1. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão da não possibilidade de determinação precisa do quantitativo de materiais a ser adquirido pelo TRE/MS, especialmente em função da equação: recursos orçamentários disponíveis/preço de venda final, objetivando-se possibilitar ao TRE/MS o melhor aproveitamento desses recursos.
2. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para cada item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços (Anexo II do Edital), deverá ser praticado pela empresa vencedora.
 - 2.1. Durante a vigência da Ata, havendo interesse do TRE/MS na aquisição de material com preço registrado, será informado à empresa fornecedora, através do envio de Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento.
 - 2.2. Recebida a Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento, a empresa fornecedora deverá providenciar a entrega do(s) material(is), dentro do prazo fixado neste Termo de Referência, ao preço registrado na Ata.
3. A vigência do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

CAPÍTULO III. DA JUSTIFICATIVA

1. As zonas eleitorais, os postos de atendimento eleitoral e setores da sede do Tribunal Regional Eleitoral com a implantação dos sistemas de processos eletrônicos, tais como SEI e PJE, se encontram em situação defasada frente a utilização de pelo menos dois monitores para o melhor desenvolvimento das atividades, visto que a maioria dos computadores possuem apenas um monitor.
2. Visando tornar o trabalho dos servidores mais confortável e produtivo foram distribuídos monitores adicionais em diversos setores da sede do tribunal em conformidade com a substituição de computadores mais novos, porém o número de monitores em estoque não foi suficiente para atender a demanda. Consoante ao fim do estoque de monitores mais novos na implantação da segunda tela e como consequência de substituições e adições em computadores recentemente adquiridos por este tribunal encaminhou-se para baixa um lote de 89 (oitenta e nove) monitores antigos que não mais atendem as especificações técnicas e de ergonomia necessárias, que são entregues atualmente por melhor tecnologia, resultou assim uma diminuição ainda maior do quantitativo disponível. Diante da necessidade de adicionar um segundo monitor objetivando conforto, produtividade e adequação dos servidores as inovações tecnológicas que estão sendo implantadas, processos eletrônicos, há a imprescindibilidade de aquisição de novos equipamentos para que se alcance as demais localidades ainda não atendidas.

CAPÍTULO IV. DOS MATERIAIS, QUANTIDADES, PREÇOS MÁXIMOS E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E DO SERVIÇO A SER REALIZADO

1. A descrição dos equipamentos e materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e valores máximos admitidos pelo TRE/MS estão indicados abaixo
 - 1.1 Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

1	MONITOR DE VÍDEO
1.1	Tecnologia LED
1.2	Tamanho da área visível da tela de, no mínimo, 23,6" (polegadas) - Diagonal visual mínima de 59,8 cm
1.3	Tela no formato Widescreen
1.4	Relação largura-altura 16:9
1.5	Brilho de, no mínimo, 250 cd/m2
1.6	Tempo de resposta de, no máximo, 5ms
1.7	Suportar resolução nativa Full HD 1920 x 1080 pixels ou superior
1.8	Ao menos uma porta de entrada D-SUB (VGA) e uma HDMI ou uma D-SUB (VGA) e uma DisplayPort, serão aceitas outras conexões desde que venham acompanhadas com conversor para conexões D-SUB (VGA)
1.9	Para cada conexão de vídeo disponível deve-se acompanhar o seu respectivo cabo de conexão de mesma tecnologia em caso de fornecimento de conversor para conexões D-SUB (VGA) deve-se acompanhar cabo D-SUB(VGA)
1.10	Possuir controles de brilho, contraste, posicionamento vertical e posicionamento horizontal
1.11	Botão de liga/desliga no painel frontal ou lateral do monitor
1.12	Revestimento da tela antirreflexivo - Anti-Glare
1.13	Ângulos de visão mínimos horizontal 170° e vertical de 160°
2	BASE DO MONITOR (Pedestal)
2.1	Função Pivot ou similar que permita a rotação do monitor (painel) em 90 graus (seleção da posição física do monitor em modo paisagem ou retrato)
2.2	Ser removível, inclinável e com ajuste de altura
3	FONTE DE ALIMENTAÇÃO
3.1	Possuir tensão de entrada automática de 100 a 240 Volts - VAC (50/60Hz)
3.2	Ser originalmente interna no monitor
3.3	Plugue da fonte de alimentação deve ser compatível com padrão brasileiro de tomadas - NBR 14136

4	CERTIFICAÇÕES
4.1	O monitor, de marca e modelo ofertado, deverá ser compatível com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), quanto à não utilização de substâncias nocivas ao Ambiente.
4.2	A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que o bem fornecido cumpre com essa exigência
5	GARANTIA
5.1	O equipamento ofertado e todos os acessórios/periféricos que o acompanham deverão possuir garantia de 3 (três) anos ON-SITE.
5.2	O atendimento deverá ser prestado na Seção de Microinformática do TRE-MS, no endereço: Rua Desembargador Leão Neto do Carmo - nº23 - Parque dos Poderes - CEP: 79000-000 - Campo Grande – MS, em dias úteis, no horário das 12 às 18h.
5.3	Deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo o fornecimento e a troca de peças, abrangendo todo o período de garantia, bem como a eventual substituição de equipamentos, reparos e correções necessárias, sem qualquer ônus para o TRE-MS.
5.4	A fabricante do equipamento deverá dispor de um número telefônico e e-mail para suporte técnico e abertura de chamados técnicos.
5.5	Todos os drivers dos equipamentos deverão estar disponíveis para download no site do fabricante durante todo o período de vigência da garantia.
6	OUTROS REQUISITOS
6.1	Todos os equipamentos ofertados (tela e base ajustável) devem possuir gradações neutras das cores preta ou cinza.
6.2	Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos em fase de avaliação e/ou homologação
6.3	Juntamente com a proposta detalhada, deverá ser apresentado prospecto com as características técnicas de todos os componentes do equipamento, como tela, base ajustável, e saídas de vídeo e acessórios necessários ao funcionamento conforme exigido, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem as configurações cotadas, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes
6.7	Os equipamentos deverão ser novos e em linha de produção (não descontinuados)

UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES NA DISPUTA
UNIDADE	215	R\$ 1.739,27	R\$ 373.943,05	R\$ 10,00

2. O item desta contratação têm valor total estimado acima de R\$ 80.000,00, o que enquadraria a mesma no disposto no inciso III, artigo 48 da Lei Complementar nº 123 – cota de até 25% para ME/EPP. Porém, esta equipe de contratação entende que o item não devem ser dividido, pois equipamentos idênticos fornecidos apenas por uma empresa facilita o processo de aceite, distribuição, gestão e fiscalização do objeto e por, consequentemente, economicidade na gestão dos mesmos.

3. Não poderá ser ofertada marca/modelo de produto descontinuado ou fora de linha.

4. Reserva-se ao TRE/MS a faculdade de exigir a apresentação de amostra do produto ofertado pela empresa vencedora, de modo a comprovar o atendimento às especificações exigidas.

CAPÍTULO V - DA ANÁLISE TÉCNICA DAS PROPOSTAS

1. A análise técnica das propostas, **quando necessária**, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos materiais ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

2. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta a marca e o modelo dos produtos ofertados.

2.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado.

2.2. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

2.3. O Pregoeiro poderá fazer questionamentos e/ou solicitar documentos para verificação/comprovação das especificações do produto cotado.

3. O resultado da análise das propostas será informado às licitantes pelo Pregoeiro, através da ferramenta de conversação disponível no sistema COMPRASNET.

CAPÍTULO VI - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS E DAS GARANTIAS

1. A empresa fornecedora deverá entregar os equipamentos na Seção de Almoxarifado e Patrimônio do TRE-MS, sito na Rua Delegado José Alfredo Hadman, 184, Parque dos Poderes na cidade de Campo Grande/MS, de segunda a sexta-feira, das 12:00 h às 18:00.

1.1. A empresa podrá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega e instalação dos materiais.

1.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda a sexta-feira, através do telefone (67) 3361-0016.

1.3. Nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, para os produtos importados será exigido, no momento da entrega, a comprovação de origem dos mesmos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa.

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de **30 (trinta) dias**, contados do dia útil subsequente à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento da ata de registro de preços e/ou da nota de empenho e/ou da Requisição de Fornecimento.

2.1. Caso a Ata de Registro de Preços/Nota de Empenho e/ou Requisição de Fornecimento seja encaminhado através de serviço postal, fax ou outro meio disponível, a contagem do prazo se dará através da comprovação do efetivo recebimento do instrumento por parte do licitante.

2.2. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhe são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega/instalação, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega/instalação.

3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6. O recebimento provisório e definitivo dos materiais:

6.1 O recebimento provisório ficará a cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE-MS.

6.2 O recebimento definitivo ficará a cargo da Seção de Microinformática do TRE-MS.

7. O recebimento provisório dos materiais será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da entrega dos materiais, satisfeitas as condições abaixo:

a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) realização de testes de funcionamento dos equipamentos;

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

14. O prazo da garantia mínima dos materiais está estabelecido no Capítulo II deste Termo de Referência, contados após o recebimento definitivo dos equipamentos.

15. A contratada na ocasião do recebimento definitivo, deverá apresentar documento de garantia do fabricante do equipamento/produto, onde ateste o prazo de garantia, contra quaisquer defeitos de fabricação.

15.1 A contratada deverá comprovar que há assistência técnica do fabricante do equipamento/produto em Campo Grande MS.

16. Durante o período de garantia, a contratada, ou assistência técnica autorizada, prestará serviços de assistência técnica ao equipamento, sem nenhum ônus ao TRE/MS.

16.1 A obrigatoriedade da assistência técnica em Campo Grande se deve ao alto custo do envio dos equipamentos a outra municipalidade em caso de defeito.

CAPÍTULO VII - DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos ao fornecimento dos equipamentos ficarão a cargo da Equipe de Gestão da Contratação indicada nos estudos preliminares desta contratação e designada para esse fim.

2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:

a) acompanhar e fiscalizar o fornecimento instalação dos equipamentos pela empresa contratada;

b) verificar a conformidade do fornecimento e instalação e atestar o recebimento definitivo;

c) manter registro das ocorrências relacionadas ao fornecimento, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;

d) comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O.S.) numerada e, de preferência, em 2 (duas) vias, uma das quais será visada pela(s) empresa(s), só assim produzindo seus efeitos;

e) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento/instalação e/ou aplicação de penalidades previstas;

f) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

g) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VIII - DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material fornecido, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade e os preços unitário e total

2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO IX - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO X - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão disciplinadas na Minuta da Ata de Registro de Preços - Anexo II.

CAPÍTULO XI - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.

2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XII - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência.

2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposto neste Termo de Referência.

5. O fornecedor fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

CAPÍTULO XIII - DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)

1. Motivação para a contratação:

Necessidade de aquisição de monitores para compor a segunda tela de uso em face da mudança de escopo de trabalho dos servidores do TRE-MS com a massiva adoção de uso de processos administrativos e judiciais eletrônicos e também a reposição de monitores encaminhados para baixa patrimonial que não tem especificações técnicas necessárias para atender a demanda vigente.

2. Objetivos a serem alcançados:

- Fornecimento de segunda tela para os servidores lotados nos cartórios eleitorais do interior e parte da secretária do TRE-MS em Campo Grande.

3. Benefícios diretos e indiretos resultantes da contratação:

3.1. Aumento da produtividade e fornecimento adequado de feramental técnico para as unidades demandantes.

4. Alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico:

- Prestação de serviços de TI em consonância com os requisitos de negócio (Plano Estratégico de Tecnologia da Informação 2016-2021). Mais especificadamente atingindo o Indicador 2 deste objetivo a saber **Percentual de usuários internos satisfeitos com a qualidade da prestação dos serviços de TI**.

5. Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI .

6. A demanda prevista é a mesma que será contratada, através de aquisição imediata, cujo quantitativo encontra-se definido nos Capítulos III deste Termo de Referência.

7. A escolha pela solução ocorreu após análise das soluções disponíveis no mercado, conforme relatado a seguir:

Das duas soluções disponíveis no mercado (locação e compra de equipamentos) a mais vantajosa é a compra visto que a garantia e performance dos equipamentos se garante por ao menos 3 anos. A locação só seria vantajosa se em menos de um ano o equipamento ficasse obsoleto o que não é o caso destes tipo de equipamento a saber microcomputador.

8. O objeto enquadra-se como aquisição de materiais permanentes.

9. O objeto foi separado em apenas 1 item. Não haverá cotas exclusivas para ME/EPP, pelos motivos constantes na cláusula 2 do Capítulo III.

10. No que tange à escolha do tipo de licitação, por se tratar de equipamentos comuns, padronizados e facilmente encontrados no mercado, não resta outra opção a não ser PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO.

11. Devido ao fato desta contratação não gerar resíduos sólidos, bem como não prever serviço de obra de grande vulto, não se aplica o estudo de impacto ambiental, sendo necessário apenas no momento da baixa do equipamento.

12. O objeto deve estar em conformidade técnica e legal conforme descrito no Capítulo III deste Termo de Referência.

13. As obrigações contratuais estão descritas nos Capítulos V a X deste Termo de Referência .

14. As especificações técnicas detalhada do objeto encontram-se no capítulo III deste Termo de Referência.

14.1. Não será criado nenhum tipo de dependência tecnológica entre o TRE-MS e a contratada visto a complexidade baixa do equipamento e sua solução agregada.

14.2. A descrição de direitos de propriedade intelectual e autorais não se aplica a contratação objeto deste procedimento administrativo

15. Durante a contratação, serão usados os modelos de praxe do TRE/MS: para requisição de materiais, aceite dos produtos, análises da fiscalização, etc.



Documento assinado eletronicamente por **ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA**, **Técnico Judiciário**, em 06/07/2020, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CLODOALDO CAMPOS DA FONSECA**, **Técnico Judiciário**, em 06/07/2020, às 15:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0854246** e o código CRC **AFAD64E9**.